

Entrevista: Paulo Brincas, presidente da OAB-SC

19/01/2018

Alesc



Se no passado o problema do primeiro grau do Judiciário de Santa Catarina era a falta de juízes, agora, o déficit é de servidores. "A Justiça estadual de primeiro grau está totalmente abandonada. A situação é caótica", afirma o presidente da seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil, **Paulo Brincas**.

Ele conta que o Tribunal de Justiça catarinense tem uma boa estrutura, com 93 desembargadores, mas a primeira instância foi desidratada ao longo dos anos, com a aposentadoria de servidores sem a devida reposição. "Poucos estão interessados em ser servidores da Justiça estadual, a maioria prefere seguir a carreira federal. Ela é muito mais interessante por conta da remuneração."

Sobre a fiscalização feita pelo Ministério Público do Trabalho para conferir se a figura do associado está sendo usada para maquiagem a relação de emprego, Brincas afirma que "toda questão ética relacionada à advocacia é competência da Ordem dos Advogados do Brasil".

Leia a entrevista:

ConJur — O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mantém aberto um procedimento administrativo sobre a tabela de honorários da Ordem, por considerar que representa indícios de cartelização. Como o senhor avalia a medida?

Paulo Brincas — Não é a primeira vez que o Cade faz isso. Já houve tentativas anteriores e isso está absolutamente equivocado. A tabela de honorários da Ordem tem o intuito de orientar o profissional, nunca para impor uma regra condicionada à eventual punição. Não há como imaginar que isso seja formação de cartel. A formação de cartel exige que os atores do mercado combinem determinado preço. E na OAB não há votação direta para definir os preços. Isso é competência do conselho seccional.

ConJur — Quais são os principais gargalos da advocacia no seu estado?

Paulo Brincas — O pior de todos é o primeiro grau da Justiça estadual. Temos conversado com a administração do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, porque houve um investimento muito grande no segundo grau do Judiciário estadual.

O TJ-SC conta com 93 desembargadores. É uma estrutura que atende adequadamente os jurisdicionados. Mas a Justiça estadual de primeiro grau está totalmente abandonada. A situação é caótica, e o tribunal precisa melhorar sua estrutura e repor servidores. O déficit atual de juízes é de pelo menos 100 vagas. Poucos estão interessados em ser servidores da Justiça estadual, a maioria prefere seguir a carreira federal. Ela é muito mais interessante por conta da remuneração.

ConJur — Quais os efeitos da reforma trabalhista para os escritórios de advocacia?

Paulo Brincas — É uma questão a se analisar agora em 2018. Nós fomos contrários à reforma por conta da maneira açodada que foi aprovada. Mas ainda é cedo para medir os efeitos dessas mudanças. Os resultados serão mais nítidos daqui um ano.

ConJur — O Ministério Público do Trabalho tem competência para ir a bancas fiscalizar se a figura do associado está sendo usada para maquiar a relação de emprego?

Paulo Brincas — Toda questão ética relacionada à advocacia é competência da Ordem dos Advogados do Brasil. Em outros países, essa fiscalização é feita pelo Judiciário, o que leva à submissão dos advogados em relação aos magistrados. Acredito que o Ministério Público, seja o Federal, o do Trabalho ou o estadual, e a magistratura não têm competência para verificar questões de mercados e éticas ligadas à advocacia. O advogado é um especialista. Se considerarmos a advocacia hipossuficiente está havendo uma inversão do conceito de hipossuficiência.

Esta entrevista integra uma série de conversas com os presidentes das seccionais da OAB. Leia as que já foram publicadas:

[Marcos Vinícius Jardim \(OAB-AC\)](#)

[Marco Aurélio Choy \(OAB-AM\)](#)

[Luiz Viana \(OAB-BA\)](#)

[Marcelo Mota \(OAB-CE\)](#)

[Juliano Costa Couto \(OAB-DF\)](#)

[Homero Mafra \(OAB-ES\)](#)

[Lúcio Flávio Paiva \(OAB-GO\)](#)

[Thiago Diaz \(OAB-MA\)](#)

[Mansur Karmouche \(OAB-MS\)](#)

[Alberto Campos \(OAB-PA\)](#)

[Paulo Maia \(OAB-PB\)](#)

[Ronnie Preuss Duarte \(OAB-PE\)](#)

[Chico Lucas \(OAB-PI\)](#)

[Felipe Santa Cruz \(OAB-RJ\)](#)

[Paulo Coutinho \(OAB-RN\)](#)



Andrey Cavalcante (OAB-RO)

Rodolpho Moraes (OAB-RR)

Ricardo Breier (OAB-RS)

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2018-jan-19/entrevista-paulo-brincas-presidente-oab-sc/>